

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS XII GUANAMBI-BA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

DANIELA DA MOTA PORTO

**INFÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO NAS PRODUÇÕES
CIENTÍFICAS BRASILEIRAS (2013-2017): A CENTRALIDADE DAS
CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS TESES E
DISSERTAÇÕES DA CAPES**

HOMINEMAUGERE

**GUANAMBI
2018**

DANIELA DA MOTA PORTO

**A INFÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO NAS PRODUÇÕES
CIENTÍFICAS BRASILEIRAS (2013-2017): A CENTRALIDADE DAS
CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS TESES E
DISSERTAÇÕES DA CAPES**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Educação do Campo pela Universidade do Estado da Bahia - Campus XII Guanambi.

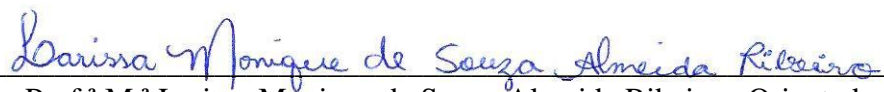
Orientadora: Prof.^a M.^a Larissa Monique de Souza Almeida Ribeiro

**GUANAMBI
2018**

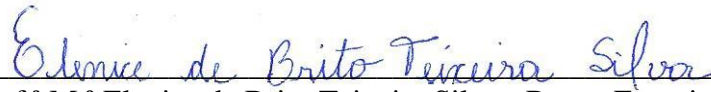
DANIELA DA MOTA PORTO

**A INFÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO NAS PRODUÇÕES
CIENTÍFICAS BRASILEIRAS (2013-2017): A CENTRALIDADE DAS
CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS TESES E
DISSERTAÇÕES DA CAPES**


BANCA EXAMINADORA



Prof.^a M.^a Larissa Monique de Souza Almeida Ribeiro - Orientadora



Prof.^a M.^a Elenice de Brito Teixeira Silva - Banca Examinadora



Prof.^a Espec. Leila Lobo de Carvalho - Banca Examinadora

AGRADECIMENTO

Durante essa jornada vivenciei muitos momentos e agora quero agradecer as pessoas que os compartilharam comigo. Primeiro, agradeço a Deus, pois sem O qual não seria e nem teria nada. Agradeço também minha mãe D. Tônia, pelo exemplo de amor e dedicação, pelos cuidados e apoio que me deu em todos os momentos. Agradeço meus irmãos, Daiana e Rodrigo que estiveram ao meu lado demonstrando sempre o desejo pela minha vitória. A Júlia e Jade, minhas garotinhas, por me proporcionar momentos extremamente prazerosos, ao meu esposo Mazinho por sua paciência e companheirismo. Aos professores e colegas da turma de pós-graduação em Educação do Campo, meus sinceros agradecimentos por dividirem comigo alegrias e angústias, em especial, aos coordenadores do Curso, Eugênia e Domingos, profissionais capazes e extremamente dedicados às causas da Educação do Campo e do curso. Sou muita grata também as minhas amigas Adeilma, Lidiara e Rose pelas muitas risadas que demos juntas e pelo ombro amigo que sempre dispuseram quando precisei. As minhas colegas de trabalho da Escola municipal Doutor Beneval Castro Boa Sorte que sempre estiveram dispostas a me substituir na sala, para que eu comparecesse nas aulas do curso, a minha diretora, Tia Leila, em que eu me orgulho em de dizer que fui aluna no passado e hoje sou colega de trabalho. Minhas gratificações também vão para professora Larissa, minha querida orientadora, pelo tempo disponibilizado, os saberes compartilhados, sem contar a paciência e o carinho para comigo. Por fim, agradeço a todas as pessoas que passaram pela minha vida, antes e durante o período do curso, e que de certa forma contribuiu para que eu alcançasse essa vitória. Muito obrigada.

Daniela da Mota Porto

Educar é impregnar de sentido o que fazemos a cada instante!

Paulo Freire.

RESUMO

O reconhecimento da Educação Infantil como um direito (Constituição Federal de 1988) e sua efetivação como primeira etapa da educação básica (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96) foram importantes referências para a história da educação das crianças. E, desde então, essa etapa tem passado por várias mudanças, principalmente, no âmbito das políticas públicas educacionais. Em meados da década de 1980, pode-se evidenciar um avanço na Educação como um todo, construindo um espaço legítimo tanto para a Educação Infantil como uma etapa da Educação Básica, quanto para a Educação do Campo como uma modalidade a ser constituída e expandida. Este é um importante ponto de convergência histórico e político destas duas esferas educacionais marcadas pelos movimentos populares sociais, debatendo questões na perspectiva do atendimento à Infância do Campo. Nessa perspectiva, este trabalho visou mapear as produções científicas brasileiras e identificar as dissertações de mestrado e as teses de doutorado defendidas no Brasil no período de 2013 a 2017, publicadas no banco da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que investigaram a Infância na Educação Infantil do Campo. Para tanto, teve como metodologia, a pesquisa de abordagem qualitativa de cunho bibliográfico do tipo Estado da Arte (ROMANOWSKI E ENZ, 2006; FERREIRA, 2002) que é um estilo de mapeamento que possibilita o conhecimento ou reconhecimento de estudos que estão sendo, ou já foram realizados em diferentes épocas e lugares. Assim, para o levantamento dos dados foram analisados os títulos e os resumos das dissertações e das teses no banco da CAPES que é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC) do Brasil que atua na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados do país. Deste modo, a presente pesquisa anuncia e denuncia a urgência nas pesquisas sobre as crianças pequenas residentes no campo e sua educação institucionalizada, quando demandada pelas populações do campo. O debate de Educação Infantil do Campo abre visibilidade para que se discutam as Infâncias do Campo e Políticas Públicas educacionais. Tal visibilidade ainda não implica na qualidade dos serviços ofertados a estas populações, por isso, também a denúncia, por meio desta produção científica, que pretende alargar-se para além do meio acadêmico, sobre a insuficiência de políticas públicas educacionais voltadas ao público Infantil da Educação Infantil do Campo.

Palavras-chaves: Infância. Educação Infantil do Campo. Estado da Arte.

ABSTRACT

The recognition of Early Childhood Education as a right (Federal Constitution of 1988) and its implementation as the first stage of basic education (Law of Guidelines and Bases of National Education - LDBEN nº 9.394 / 96) were important references for the history of children's education. And since then, this stage has undergone several changes, mainly in the scope of educational public policies. In the mid-1980s, an advance in Education as a whole could be evidenced, building a legitimate space both for Early Childhood Education as a stage of Basic Education and for Field Education as a modality to be constituted and expanded. This is an important historical and political convergence point of these two educational spheres marked by the popular social movements, debating issues in the perspective of the service to the Childhood of the Field. In this perspective, this work aimed to map the Brazilian scientific productions and to identify the master dissertations and doctoral theses defended in Brazil from 2013 to 2017, published in the database of the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), which investigated Childhood Education in the Field. In order to do so, the research was based on the qualitative approach of a state-of-art bibliographic approach (ROMANOWSKI and ENZ, 2006; FERREIRA, 2002), which is a style of mapping that allows the knowledge or recognition of studies being have already been carried out at different times and places. Thus, for the data collection, the titles and abstracts of dissertations and dissertations were analyzed at the CAPES bank, which is a foundation linked to the Brazilian Ministry of Education (MEC), which works to expand and consolidate the *stricto sensu* postgraduate course (master's and doctoral degrees) in all the states of the country. Thus, the present research announces and denounces the urgency in the research on the young children residing in the field and their institutionalized education, when demanded by the populations of the field. The debate on Early Childhood Education opens the way for the discussion of field childhood and educational public policies. Such visibility does not yet imply the quality of the services offered to these populations. Therefore, the denunciation, through this scientific production, intends to extend beyond the academic milieu, on the insufficiency of public educational policies aimed at the children's public Infantile Education of the Field.

Key-words: Childhood. Infantile Education of the Field. State of art.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. CAMINHOS METODOLÓGICOS: A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.	13
3. UMA ANÁLISE DAS PESQUISAS EM INFÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO.....	18
3.1. Mapeamento das produções científicas.....	18
3.2. Concepções de infância na Educação Infantil do Campo: o que as pesquisas dizem sobre isso.....	25
3.3. Políticas públicas para a infância na Educação infantil do Campo: discussões acerca das produções científicas.....	28
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
5. REFERÊNCIAS.....	34

1. INTRODUÇÃO

A Educação Infantil no Brasil teve como primeiro marco legal a publicação da Constituição Federal de 1988, pois pela primeira vez na história brasileira registra-se em lei a obrigatoriedade da oferta de vagas em creches e pré-escolas a todas as crianças de zero a seis anos de idade, até então.¹

Oito anos após a promulgação da Constituição, em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei de nº 9.394/96, foi aprovada. E, no Artigo 29 pode-se lê: “a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996).

Sobre essas duas Leis, Kramer (2014) diz que o reconhecimento da Educação Infantil como um direito e sua efetivação como primeira etapa da educação básica foram importantes referências para a história da educação das crianças. E, desde então, essa etapa tem passado por várias mudanças, principalmente, no âmbito das políticas públicas educacionais, pois, afirmar a educação como direito, impõe permanente e intensa luta em diferentes campos, âmbitos e dimensões. Sua conquista exige que a sociedade esteja em constante vigilância para que se traduza em políticas efetivas de condições cada vez mais adequadas e permanentes ao seu pleno desenvolvimento. Lutas essas não só direcionadas às conquistas da Educação Infantil, pois as políticas educacionais entravam em ebulição também na área da Educação do Campo.

Segundo Caldart (2004) a Educação do Campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo. As diferenças entre Educação no Campo e Educação do Campo se dão pelo fato de que a primeira é uma modalidade da educação que ocorre em espaços denominados rurais, seguindo o paradigma² da Educação Ruralista que segundo Silva e Costa (2006) apoia-se em uma visão tradicional do espaço rural no País, enquanto o paradigma da Educação do Campo concebe o campo como espaço de vida e resistência, onde camponeses lutam por acesso a terra e pela oportunidade de permanecer nela. Assim, não basta ter escolas

¹ Posteriormente, com a implementação da Lei 11.274/2006, mudou em relação à faixa etária, o atendimento na Educação Infantil, pois as crianças de seis anos passam a ser obrigatoriamente matriculadas no Ensino Fundamental de Nove Anos e a Educação Infantil ficou responsável por crianças de zero a cinco anos e 11 meses.

² Segundo as autoras Silva e Costa (2006), paradigma é entendido como o conjunto de referências, valores, conhecimentos que se consolidam na comunidade científica, são incorporados por diferentes instituições e se transformam em um projeto de desenvolvimento territorial.

no campo, e sim escolas do campo, ou seja, escolas com um projeto político pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo.

Em meados da década de 1980, podem-se evidenciar um avanço na Educação como um todo, construindo um espaço legítimo tanto para a Educação Infantil como uma etapa da Educação Básica, quanto para a Educação do Campo como uma modalidade a ser constituída e expandida. Este é um importante ponto de convergência histórico e político destes dois campos marcados pelos movimentos populares sociais, debatendo questões na perspectiva do atendimento à infância do campo.

A Educação Infantil do Campo inclui a diversidade de infâncias, povos e populações que vivem nos territórios rurais do país. Nessa perspectiva, o tema Educação Infantil do Campo, que já estava presente desde 1998 nas discussões dos movimentos de Educação do Campo, ganha na Resolução do CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002³, maior evidência a partir da garantia da universalização do acesso a Educação Básica para as crianças residentes em áreas rurais, já definida pela constituição de 88.

Apesar disso, Côco (2011) diz que a Educação Infantil do Campo no tocante ao espaço científico ainda é pouco explorada, ainda há uma escassez de material e produção acadêmica, sem contar as incipiências dos documentos legais entorno dessa modalidade de Educação. Dessa maneira, as políticas de Educação Infantil apenas referem-se à Educação do Campo e vice-versa, mas não há um aprofundamento das áreas sobre a especificidade da Infância do Campo.

Em relação ao campo científico e as pesquisas sobre a infância na Educação Infantil do Campo, surge o interesse de questionar: quais produções científicas brasileiras defendidas no período de 2013-2017, publicadas no banco de tese e dissertações da CAPES, discutem sobre a Infância na Educação Infantil do Campo? Portanto, este trabalho visou mapear as produções científicas brasileiras e identificar as dissertações e as teses defendidas no Brasil no período de 2013 a 2017, publicadas no banco da CAPES, que investigaram a infância na Educação Infantil do Campo. O recorte temporal de 2013 a 2017 foi escolhido pelo fato de ter sido os cinco últimos anos, após uma década em que foram deliberadas as Diretrizes

³ Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal. (BRASIL, 2002, p.1)

Operacionais para a Educação Infantil (Parecer CNE/CEB nº04/00, 16 de fevereiro de 2000)⁴ e de Educação do Campo (Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002).

Este tipo de pesquisa também contribui na formação do pesquisador, pois, analisando o processo de realização das produções levantadas, poderá desenvolver uma criticidade metodológica que poderá auxiliar na identificação de lacunas em sua própria pesquisa. Vale salientar também que, o interesse pelo tema em Educação Infantil do Campo advém também da trajetória acadêmica e profissional da pesquisadora, quando teve a oportunidade de conhecer e lidar diretamente com as distintas realidades da escola pública.

Vivenciando a experiência no curso de especialização em Educação do Campo, mesclando com os anos de professora de Educação Infantil de uma escola pública que recebem alunos oriundos do Campo, ficou evidente a necessidade de ampliar o debate da Educação Infantil e os conhecimentos compartilhados e já adquiridos sobre essa modalidade de educação, por outros cursos e especialização, para o espaço da Educação do Campo. Entendendo a infância em sua multiplicidade e diversidade, também o modo como as políticas educacionais da Educação Infantil para as crianças do campo carecem de um olhar aprofundado.

Para tanto, teve como objetivos específicos: identificar as teses e dissertações que investigaram a infância na Educação Infantil do Campo presentes nos arquivos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); discutir os procedimentos metodológicos utilizados por essas produções científicas; analisar as principais temáticas evidenciadas pelos trabalhos.

Para tal, este estudo lançou mão do percurso metodológico de abordagem qualitativa e cunho bibliográfico do tipo Estado da Arte, que segundo as autoras Romanowski e Enz (2006) e Ferreira (2002) é um tipo de mapeamento que possibilita o conhecimento ou reconhecimento de estudos que estão sendo, ou já foram realizados em diferentes épocas e lugares.

A pesquisa será apresentada em quatro seções. A primeira traz uma breve discussão introdutória e escolha do objeto da pesquisa; a segunda descreve o percurso metodológico utilizado, Estado da Arte e seus principais efeitos na construção de uma pesquisa qualitativa. Na terceira seção, apresenta os resultados obtidos na análise de dados, organizado em três categorias. Neste item é feito um levantamento quantitativo do material selecionado, bem como a análise dos temas abordados nas teses e dissertações (CAPES). Na quarta e última

⁴ Este Parecer trata, justamente, de vários aspectos normativos para a Educação Infantil, a serem considerados pelos sistemas educacionais, a partir da aprovação da LDB/96. (BRASIL, 2000, p.1)

seção apresenta os resultados finais desta pesquisa, ressaltando a sua importância no meio acadêmico e social. Organizada dessa forma, espera-se que a pesquisa contribua para uma compreensão contextual do mapeamento das produções científicas brasileira, identificando as dissertações e as teses defendidas no Brasil no período de 2013 a 2017, que investigaram a infância na Educação Infantil do Campo.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS: A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Esta seção descreve o percurso metodológico da pesquisa. Além da abordagem metodológica, descreve o processo de triagem, palavras-chaves utilizadas para a seleção das pesquisas, e o processo de subdivisão por temas para alcançar os objetivos propostos.

Como metodologia, optou-se pela pesquisa de abordagem qualitativa de cunho bibliográfico do tipo Estado da Arte que é um tipo de mapeamento que possibilita o conhecimento ou reconhecimento de estudos que estão sendo, ou já foram realizados em diferentes épocas e lugares. Segundo Ferreira (2002, p. 258), o estado da arte são pesquisas:

Reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

Por tratar de um mapeamento das pesquisas científicas que abordam o tema a infância na Educação Infantil do Campo, o estado da arte nas perspectivas de Romanowski e Ens (2006, p.39):

Pode significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procura identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada.

Assim, para o levantamento dos dados foram analisados os títulos e os resumos das dissertações e das teses no banco da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC) do Brasil que atua na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados do país. Em alguns casos, devido à necessidade, foi realizada buscas nas introduções, conclusões ou até leituras integrais dessas produções.

No início da produção dos dados, alguns obstáculos surgiram: Como o tema Educação Infantil do Campo é uma nomenclatura recém-formada, criado a partir da junção das terminologias Educação Infantil e Educação do Campo, encontrar pesquisas que possuíssem no seu título, resumo ou palavras-chave a denominação Educação Infantil do Campo e que

tratassem realmente desse tema foi como encontrar “agulha no palheiro”, pois ao usá-lo como descritor de mapeamento no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES apareceram 1.036.985 trabalhos, quase que impossibilitando a pesquisa.

Desse modo, foi preciso repensar os rumos das buscas, e utilizar como palavras de investigação algumas terminologias e/ou nomenclaturas de uso mais específicos de pesquisas que discutem a Educação Infantil para as crianças do Campo, tais como: infância e campo; creche e pré-escola do campo; Educação Infantil no meio rural; educação e infância no rural; Educação Infantil e escolas do campo; crianças do meio rural e educação; políticas públicas para infância do campo e etc.

A justificativa pela utilização destas palavras é que as mesmas puderam oferecer uma especificidade maior para as pesquisas que direcionaram o foco para a infância na Educação Infantil do Campo, mesmo assim, apareceram muitos trabalhos fora do tema pesquisado, prolongando o processo de triagem.

Como pode ser observada abaixo, no quadro 1, com essa nova triagem foram encontrados 198 trabalhos, essas pesquisas abordaram o tema infância do Campo, mas não necessariamente na Educação Infantil; ou infância na Educação Infantil, mas não do Campo, assim só destes 76 realmente tratavam da Educação Infantil do Campo. Em seguida, com a leitura dos resumos restaram 20 trabalhos, isso porque essas 76 pesquisas tratavam de Educação Infantil do Campo, mas não na temática das infâncias, por exemplo, abordaram temas como: formação docente para Educação Infantil do Campo, TIC's na Educação Infantil do Campo, dentre outros.

Quadro 1

Resultado do banco de dados da CAPES			
Quantidade de produções encontradas	Quantidade de produções que tratam da Educação Infantil do Campo		Quantidades de produções selecionadas
198	Relevantes por Título	Relevantes por resumo	20
	76	20	

Fonte: Dados da Pesquisa

E por fim, foram selecionadas 20 produções científicas que abordaram o tema Infância na Educação Infantil do Campo para a análise do material e uma leitura mais detalhada do

título e resumo das obras que restaram. Como disposto no quadro 2 a seguir, na qual se encontra o autor e instituição da obra; título; palavras-chaves; tipo de trabalho de conclusão (se é tese ou dissertação); e o ano de defesa da obra.

Quadro 2

Teses e dissertações selecionadas do banco de dados da CAPES						
	Autor/instituição	Título	Palavras chaves	Tipo de trabalho de conclusão	Ano de defesa	
1	Raphaela Dany Freitas Silveira Goncalves/Universidade Estadual De Feira De Santana	O estado da arte da infância e da educação infantil do campo: debates históricos, construções atuais.	Educação Infantil, Educação do Campo, Infância No/Do Campo	Dissertação	2013	1 3 D I S
2	Daliana Loffler/Universidade Federal De Santa Maria	Educação infantil na escola do campo: o que as crianças no sinalizam sobre este contexto	Educação Infantil, Escola do Campo, Escuta De Criança.	Dissertação	2013	
3	Patrícia Oliveira Santana Dos Santos/Universidade Federal Da Paraíba (João Pessoa)	A reinvenção da infância: o programa bolsa família e as crianças da comunidade de feira nova (Orobó) no agreste pernambucano	Escolarização. Infância. Ludicidade. Programa Bolsa Família. Trabalho.	Dissertação	2014	
4	Franciele Druzian/Universidade Federal De Santa Maria	O lugar da educação infantil do campo na Escola Municipal De Ensino Fundamental Major Tancredo Penna De Moraes, Santa Maria/RS.	Educação do Campo; Educação Infantil; Lugar.	Dissertação	2015	
5	Patrícia Rejane Da Silva Uchoa/Universidade Federal De Juiz De Fora	A política da educação infantil pública do campo	Políticas Públicas, Educação Infantil e Educação do Campo.	Dissertação	2015	
6	Adriana Pacheco Da Silva Santos/Universidade Do Estado De Mato Grosso	Significações do currículo da educação infantil do/no campo para a comunidade escolar de um assentamento de reforma agrária na região norte de mato grosso	Educação Infantil do/no Campo; Crianças; Infâncias; Currículo.	Dissertação	2016	
7	Maria De Fatima Ribeiro/Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul	Educação infantil do campo: mais respeito nossas crianças têm direito	Educação Infantil do Campo; Creche no Campo; Família	Dissertação	2016	

8	Ester Alves Lopes/Universidade Federal De Goiás	Educação infantil do campo no município de bela vista de goiás: a pré-escola para crianças residentes na área rural	Educação Infantil do Campo. Educação do Campo. Pré-Escola. Políticas Educacionais	Dissertação	2016	S E R T A Ç Õ E S
9	Cleria Paula Franco/Universidade Do Estado De Mato Grosso	A “escola da criança feliz”: significações da educação infantil do/no campo	Educação Infantil do/no Campo; Significações; Matriz SócioHistórica	Dissertação	2016	
10	Fernanda Regina Silva De Aviz/Universidade Do Estado Do Pará	O olhar da criança do campo sobre a cultura local: um estudo em uma escola de Tracuateua-PA.	Infância; Criança; Educação Infantil do Campo; Cultura Local E Escolar.	Dissertação	2016	
11	Beatriz Nogueira Marques De Vasconcelos/Universidade Estadual De Campinas	Modos de participação e apropriação da cultura: vida, escola e mídia na educação infantil do campo	Educação Infantil, Escola do Campo, Cultura, Mídias, Apropriação, Habitus, Perspectiva Histórico-Cultural.	Dissertação	2016	
12	Regina Lucia Couto De Melo/Universidade Federal De Minas Gerais	O Direito À Educação Infantil E A Oferta Pública Em Minas Gerais Para Crianças De 0 A 6 Anos Dos Povos Quilombolas	Educação Quilombola. Educação Infantil. Direito à Igualdade. Direito à Diferença; Territórios Quilombolas de Minas Gerais.	Dissertação	2016	
13	Luana Santos Da Silva/Universidade Federal Do Rio Grande	A infância dos “pequenos indígenas” Mbyá-Guarani Da Tekoá Pindó Mirim: os entrecruzamentos com a natureza e o protagonismo nos processos educativos	Infâncias; Natureza; Educação Ambiental; Formação de Educadores.	Dissertação	2017	
14	Patrícia Alves Carvalho/Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul	O sentimento de infância e as singularidades da criança no olhar do professor da escola polo pantaneira de Aquidauana: uma análise em fenomenologia	Infância; Escola Polo Pantaneira de Aquidauana, MS; Fenomenologia.	Tese	2013	7
15	Leomárcia Caffé De Oliveira/Universidade Federal Da Bahia	O que você descobriu sobre a gente? A escola de educação infantil do campo a partir do olhar das crianças	Infâncias, Crianças, Educação do Campo, Educação Infantil do Campo, Cotidiano Escolar.	Tese	2013	
16	Franciele Clara Peloso/Universidade Federal De São Carlos	Infâncias do e no campo: um retrato dos estudos pedagógicos nacionais	Educação Infantil, Infância, Educação do Campo, Diversidade	Tese	2015	

17	Mariulce da Silva Lima Leineker /Universidade Federal De Santa Catarina	O direito à educação infantil do campo no município de pinhão: ponto de vista das famílias	Educação e Infância; Políticas Públicas; Educação Infantil do Campo; Famílias	Tese	2016	T
18	Denise Rangel Miranda De Oliveira/ Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro	Educação infantil em contextos rurais: perspectivas presentes na produção acadêmica da última década (2000-2010)	Infância. Política Educacional. Educação Infantil Rural/do Campo	Tese	2016	E
19	Carmem Virginia Moraes Da Silva/Universidade Do Estado Da Bahia	O brincar das crianças do campo e a educação infantil	Brincar; Desenvolvimento Infantil; Educação Infantil do Campo.	Tese	2016	S
20	Ellen De Lima Souza/Universidade Federal De São Carlos	Experiências de infâncias com produções de culturas no Ilê Axé Omo Oxé Ibá Latam	Processos Educativos; Produção de Culturas Infantis; Candomblé; Educação Infantil.	Tese	2016	E
						S

Fonte: Dados da Pesquisa

Depois das pesquisas selecionadas, foi traçada a cronologia da produção científica, dentro do recorte temporário já apontado, e após isso, identificado o tema a qual pertence. Organizar as pesquisas em temas ou categorias é o que Romanowski (2002) chama de tendências dos temas. Esse procedimento é de grande relevância, pois segundo as autoras (ROMANOWSKI e ENS, 2006, p.39) “ele faz com que a pesquisa tenha uma abrangência maior revelando os múltiplos enfoques e perspectivas”.

Posteriormente, foram analisadas as regiões do país que estão localizadas, os procedimentos metodológicos utilizados pelas produções selecionadas e, por fim feita uma análise do conhecimento já elaborado, e a partir daí, apontar as principais discussões existentes.

3. UMA ANÁLISE DAS PESQUISAS EM CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO

Esta seção apresenta o mapeamento das produções científicas brasileira, identificando as dissertações de mestrados e as teses de doutorado defendidas no Brasil no período de 2013 a 2017 que investigaram a infância na Educação Infantil do Campo. Para tanto, foi selecionado para a análise 20 produções científicas, cuja seleção foi descrita acima.

A primeira subseção faz um apontamento dos achados da investigação de teses e dissertações que discutem a infância na Educação do Campo tais como, cronologia das produções científicas separadas dentro do recorte temporário já apontado, e metodologia usada pelas mesmas, às populações rurais que foram objeto de pesquisa e por fim identifica o tema a qual cada uma pertence; a segunda e terceira apresenta um panorama do embasamento teórico das discussões sobre as temáticas, respectivamente, concepções de infância do Campo e políticas públicas para a infância na Educação Infantil.

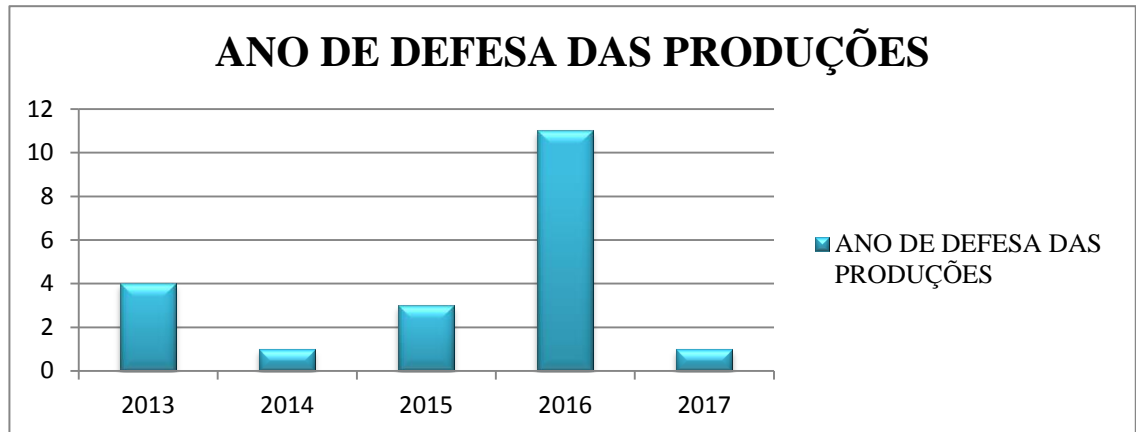
3.1. Mapeamento das produções científicas

Esta seção propõe-se apresentar o resultado das buscas de teses e dissertações no banco da CAPES, para isso faz uma constituição da linha do tempo de acordo com o ano de defesa de cada produção selecionada e distribuição por regiões do País, discutir os procedimentos metodológicos utilizados por essas produções científicas e apontamentos das principais temáticas evidenciadas pelos trabalhos.

Como dito anteriormente, foram encontrados no banco de dados da Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES) o total de 20 produções referentes à temática de infância na Educação Infantil do Campo, no período de 2013-2017. Dessas produções sete foram teses de doutorado e treze dissertações de mestrado. Como observado no quadro 2 da seção anterior.

A busca foi realizada no site oficial de Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES por palavras-chave e interfaces de vocábulos referentes ao tema. Constituindo uma linha do tempo, pode-se perceber no gráfico 2, que a quantidade de trabalhos encontrados com a temática da infância na Educação Infantil do Campo, oscilou ao longo desses cinco anos, tendo um ápice no ano de 2016. Como observado a seguir:

Gráfico 1



Fonte: Dados da Pesquisa

Sobre esse apogeu de teses e dissertações no ano de 2016, infere-se relação com o que Santos (2018, p. 199) afirma quando diz que:

Um diagnóstico evidenciaria, por exemplo, a potencialidade do PNE para atingir a meta um, que objetiva a universalização da educação infantil na pré-escola até o ano 2016. A partir desse diagnóstico, seria possível mensurar o desafio e o investimento para o Estado de tal meta, o que é, inclusive, imprescindível no caso da Educação Infantil do Campo, na qual se identifica a intensificação do fechamento das escolas, o que pode levar as famílias a não matricularem as crianças dessa faixa etária na escola, em função das distâncias a serem percorridas diariamente.

Com isso, torna-se de grande relevância pesquisas que trata sobre o tema Educação Infantil do Campo, nesse período. No entanto, observa-se que o número ainda é bastante limitado se levarmos em consideração a diversidade e quantidade de programas de mestrado e doutorado na área de educação que temos no Brasil. Como observado no quadro 3 de cursos avaliados e reconhecidos por área de avaliação retirada do site Plataforma Sucupira da CAPES, onde estão expostas as quatro áreas de conhecimento que tem o maior número de cursos em mestrado e doutorado, estando a Educação em quarto lugar. Segundo o site da Plataforma Sucupira da CAPES, há no Brasil 176 programas de pós-graduação aprovados na área de educação, sendo 54 de Mestrado e 76 que abrangem mestrado e doutorado⁵.

⁵Dados encontrados no site:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaAvaliacao.jsf;jsessionid=IpC19tcuSCVdbQWNHKsjYjWE.sucupira-213>

Quadro 3

Nome	Total de Programas de pós-graduação					Totais de Cursos de pós-graduação			
	Total	ME	DO	MP	ME/DO	Total	ME	DO	MP
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	189	49	4	75	61	250	110	65	75
CIÊNCIAS AGRÁRIAS I	224	59	1	20	144	368	203	145	20
EDUCAÇÃO	176	54	0	46	76	252	130	76	46
INTERDISCIPLINAR	349	141	13	93	102	451	243	115	93

Fonte: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaAvaliacao.jsf;jsessionid=IpC19tcuSCVdbQWNHKsjYjWE.sucupira-213>

A área de conhecimento das produções analisadas em sua maioria é do campo da educação, apesar da área das Ciências Agrárias I, ter maior número de cursos de pós-graduação, não teve nenhuma produção dessa área. Com isso, infere-se que, como afirmado anteriormente, segundo Côco (2011) a Educação Infantil do Campo é um termo relativamente novo oriundo da junção da Educação Infantil e da Educação do Campo. E, sendo a Educação Infantil lugar de luta da educação desde seus primórdios, percebe-se que isso também se manteve na Educação Infantil do Campo.

Dando continuidade às análises, e em analogia à distribuição dessas obras com relação às regiões do país e por universidades em que foram defendidas, foi possível constatar na tabela 4, a seguir, que a região Norte apresentou um menor número de trabalhos apresentados, e conforme o site da Plataforma Sucupira da CAPES essa região⁶ é a que oferece menos Programas de pós-graduação, 239 exatamente, enquanto a região sudeste oferece 1931. E mesmo oferecendo só 354 programas de pós-graduação, a região Centro-Oeste, apresenta o maior número de trabalhos realizados, com destaque de duas universidades que se repetem em número de defesas a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS e Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, ambas com dois trabalhos. Outras duas universidades

⁶ Dados encontrados no site:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.jsf;jsessionid=IpC19tcuSCVdbQWNHKsjYjWE.sucupira-213>

também aparecem duas vezes em número de trabalhos defendidos a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, da região Sul e a Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, da região Sudeste. As outras aparecem somente uma única vez em números de defesas.

Quadro 4

REGIÕES	UNIVERSIDADES	QUANTIDADES	TOTAL
NORTE	UEPA	1	1
SUL	UFSC	1	4
	FURG	1	
	UFSM	2	
NORDESTE	UEFS	1	4
	UEPB	1	
	UFBA	1	
	UNEB	1	
CENTRO-OESTE	UFMS	2	7
	UNEMAT	2	
	UFG	1	
	UFJF	1	
	UFMG	1	
SUDESTE	UERJ	1	4
	UFSCar	2	
	UNICAMP	1	

Fonte: Dados da Pesquisa

Outro dado analisado são as metodologias usadas nas produções, pois sabe-se que essa é uma parte fundamental para a pesquisa, pois nela é validado o caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa. Em concordância com a definição de metodologia que Minayo (2007, p. 44) afirma:

(...) a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados

experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas.

Dessa forma, a metodologia vai além da descrição dos procedimentos, indicando a escolha teórica realizada pelo pesquisador para abordar o objeto de estudo. Nesse sentido, a partir da análise dessas 20 produções, foi possível constatar que 18, ou 90%, fez uso de uma metodologia de pesquisa de cunho qualitativo, utilizando os seguintes procedimentos para a geração dos dados: observação; etnografia por meio de registros escritos, fílmicos e fotográficos; produção de desenhos; apresentações teatrais; entrevistas nas mais variadas formas. E somente 01, ou 5%, de cunho quantitativo e 01, ou 5% apontada como quanti-qualitativa.

A pesquisa etnográfica, utilizando registros escritos, fílmicos e fotográficos fez parte de 10 trabalhos. A partir da leitura dos resumos e partes do corpo desses trabalhos, observa-se que há uma descrição de eventos do cotidiano que foram valiosos para a interpretação e análise da realidade das crianças no contexto educativo, ou seja, na instituição da Educação Infantil do Campo, no contexto familiar e social, apresentando dados empíricos sólidos para essa constatação.

Outro procedimento metodológico que também marcou forte presença foi a pesquisa de campo, usando como técnica de coleta de dados a entrevista de caráter exploratório. Fizeram uso das entrevistas semiestruturadas, 05 produções, outras de entrevistas não estruturadas, 01 produção, totalizando 06 produções que utilizaram a entrevista como um instrumento metodológico.

As outras 03 produções em análise fizeram uso da pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico. Como visto a seguir, no quadro 5.

Quadro 5

TIPOS DE PESQUISA: ABORDAGEM	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
QUALITATIVA	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA
	PESQUISA ETNOGRAFIA
	PESQUISA DE CAMPO
QUANTITATIVA	ANÁLISE COMPARATIVA
QUANTI-QUALITATIVA	PESQUISA BIBLIOGRAFICA

Fonte: Dados da Pesquisa

Levando em consideração que todos os procedimentos metodológicos observados nas produções analisadas são frequentemente utilizados em pesquisas empíricas com crianças, vale ressaltar que, as crianças, apesar de ser a principal fonte das informações a serem produzidas, na maioria dos trabalhos selecionados, não foram os únicos sujeitos de pesquisa, variando-se em pais e mães de estudantes das instituições de Educação Infantil do Campo, professores, gestores, família em geral e pessoas da comunidade onde as instituições de Educação Infantil do Campo estão inseridas.

Esse fato deve estar em concordância com o que Fernandes (2016) afirma que, sendo a investigação na infância, com crianças consideradas atores, direta ou indiretamente, mas sempre importante no conhecimento que se constrói acerca delas, tem uma história relativamente recente. Por isso, alguns pesquisadores não se sentem seguros em realizar uma pesquisa somente com crianças. Para ilustrar isso, faz-se uso da afirmação de Quinteiro (2003, p.4) ao dizer que “no âmbito da Sociologia, há ainda resistência em aceitar o testemunho infantil como fonte de pesquisa legítima”.

Mesmo assim, é importante evidenciar que, ficou claro que todos os pesquisadores tiveram como principal ação uma primeira aproximação com os sujeitos, crianças e adultos, envolvidos na pesquisa, com vistas a analisar sobre a melhor forma de pesquisa a partir de dados extraídos da própria realidade.

Assim sendo, nosso mapeamento dos trabalhos também foi feito com vistas a conhecer a diversidade das populações rurais⁷ presente nos estudos, como disposto no quadro 6.

Quadro 6

DIVERSIDADE DE POPULAÇÃO RURAL NAS SITUAÇÕES INVESTIGADAS CONSIDERANDO AS TEMÁTICAS DOS TRABALHOS	
POPULAÇÃO RURAL	Nº DE TRABALHOS
MORADORES DE COMUNIDADE RURAL	11
COMUNIDADE PANTANEIRA	01
ASSENTAMENTOS	02
QUILOMBOLA	02
INDÍGENAS	01
RURAL NÃO ESPECIFICADO	03

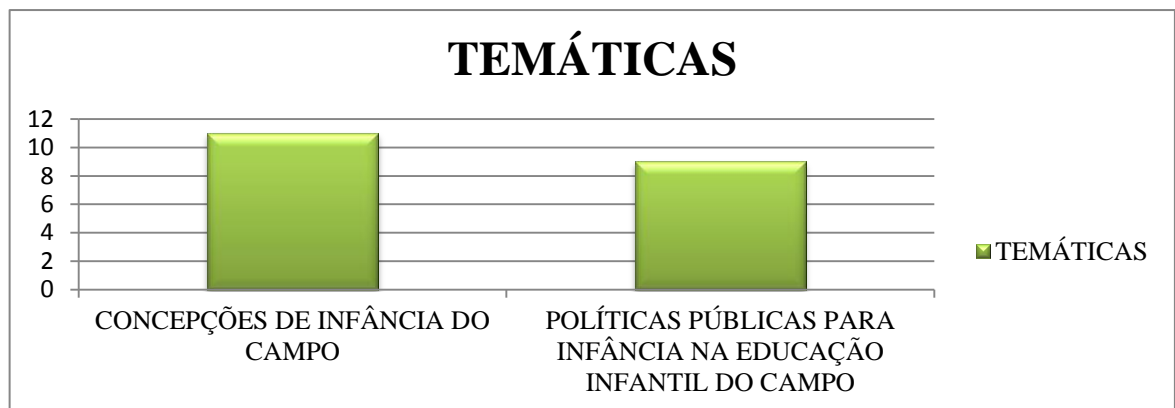
Fonte: Dados da Pesquisa

⁷ A Resolução 02/2008, do Conselho Nacional de Educação, que estabelece diretrizes, normas e princípios para a Educação Básica do Campo, define as populações rurais como: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras e outros.

Ao observar a tabela 6 percebe-se que, o maior número, 11 mais precisamente, é de trabalhos com moradores de comunidade rural específica de um município, portanto, não se evidencia preocupação com as características concretas do contexto e das populações locais. Quando os trabalhos remetem às populações, acredita-se que estejam explicitando os moradores de comunidade rural para populações sem vinculação alguma com a reforma agrária. Das demais identidades, 03 estudos não especificam sua população rural, por se tratarem de pesquisas de cunho bibliográfico. Em seguida, 02 pesquisas apresentam como diversidade assentamentos e 02 quilombolas, duas comunidades rurais definidas pela relação com a reforma agrária e também por uma identidade a partir desse vínculo e somente 01 para indígenas e para comunidade pantaneira.

Dando continuidade com as análises, percebe-se que nas produções selecionadas que investigam a infância na Educação do Campo há uma prevalência por duas temáticas: Concepções de infâncias do Campo e Políticas Públicas para infância na Educação Infantil do Campo como registrado no gráfico 4.

Gráfico 4



Fonte: Dados da Pesquisa

Essas temáticas são de grande relevância para o estudo da infância na Educação Infantil do Campo, pois fica quase impossível discutir sobre Infância em qualquer modalidade ou etapa educacional sem entender o conceito dessa palavra ou tendo clareza que existem múltiplas Infâncias. Do mesmo modo, não tem como debater sobre infância na Educação Infantil do Campo sem a garantia do acesso e permanência de crianças nas instituições de Educação Infantil do Campo por políticas públicas voltadas para a infância na Educação Infantil do Campo.

Para ficar mais claro, a seguir são apresentadas as análises do material recolhido com o intuito de melhor compreender as temáticas anunciadas, bem como os conteúdos abordados em cada uma delas e os autores usados para embasar essa discussão.

3.2. Concepções de infância na Educação Infantil do Campo: o que as pesquisas dizem sobre isso

Nessa seção será apresentado um panorama da discussão sobre as concepções de infância na Educação Infantil do Campo.

Das produções científicas selecionadas, 11 tratavam desse tema, ou seja, 55% das obras separadas. Esses trabalhos estavam interessados em processos como: visibilidade da Educação Infantil do Campo nas produções científicas (GONÇALVES, 2013; PELOSO, 2015); sentimentos de infâncias e as singularidades da Criança, a partir do olhar das crianças, das famílias e do professor (CARVALHO, 2013; FRANCO, 2016); compreensão da Criança acerca da infância da escola de Educação do Campo (OLIVEIRA, 2013); significações construídas através brincar das crianças da Educação Infantil do Campo (LOFFLER, 2013; SILVA, 2016); Experiências de infâncias com produções de cultura afro (SOUZA, 2016); significados da cultura local e escolar para crianças da Educação Infantil do Campo (AVIZ, 2016); modos com as crianças incorporam os conteúdos da mídia televisiva vivenciada na escola de Educação Infantil do Campo (VASCONCELOS, 2016); e a infância dos pequenos Indígenas (SILVA, 2017).

Como observado pelas preposições acima, mesmo que alguns tratam de populações rurais diferentes, os trabalhos abordam principalmente as significações da infância na Educação Infantil do Campo e de que modo a criança compreende a cultura em que está inserida. As considerações são gerais para afirmar importantes mudanças conceituais e políticas que sobrevieram para os conceitos de criança e infância desde o século XIX até os dias atuais, sem contar que a infância deixou de ser tratada como um conceito singular.

E para isso, muitos dos trabalhos se baseiam em Kuhlmann Jr. (2015) ao afirmar que a palavra infância tem variados significados a depender da perspectiva adotada para análise. Por exemplo, no dicionário Aurélio, infância significa período de vida humana desde o nascimento até à puberdade; as crianças; e começo, princípio, os primeiros anos. No Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA considera como criança a pessoa com até doze anos incompletos, enquanto que entre os doze e dezoito anos encontra-se a adolescência. E na

etimologia da palavra, a infância tem origem no latim *infantia*, do verbo *fari* = falar, onde *fan* = falante e *in* constitui a negação do verbo. Portanto, *infans* refere-se ao indivíduo que ainda não é capaz de falar.

Além desses conceitos, de idade cronológica e etimológica dessa palavra, Kuhlmann Jr. (2015, p.30) diz que:

É preciso considerar a infância como uma condição da criança. O conjunto das experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação dos adultos sobre essa fase da vida. É preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las como produtoras da história.

Nessa perspectiva, compreende-se que a infância é uma categoria histórica, cultural e social e não apenas um período definido biologicamente, podendo haver em um mesmo período histórico, diversas representações da infância e até mesmo da própria criança, deixando clara a necessidade de pensar a criança em diferentes contextos como sujeito histórico e social, ou seja, pensá-la dentro da história, expressando a sua vitalidade, e construindo a história em diferentes momentos e situações.

Ao entender a criança como ser histórico e social significa considerar a infância como experiência humana e não apenas um momento transitório da vida. Nessa perspectiva, Salles e Faria (2012, p. 57) afirma que, além de construir a história na cultura do meio social em que vive,

A criança constrói uma história pessoal, que vai se fazendo na cultura familiar e que se define em função da classe social de sua família, do espaço geográfico que habita, do seu sexo, de seu pertencimento etnicorracial, das especificidades de seu desenvolvimento e das vivências socioculturais que têm em função desses fatores. Sua história se constrói também com seus pares, produzido e partilhando uma cultura da infância, constituída por ideias, valores, códigos próprios, formas específicas de compreensão da realidade, que lhe permitem não apenas reproduzir o mundo adulto, mas ressignificá-lo e reinventá-lo.

Concordando com essa afirmação, Silva (2017) em sua dissertação *A infância dos “pequenos indígenas” Mbyá-Guarani da Tekoá Pindó Mirim: Os entrecruzamentos com a natureza e o protagonismo nos processos educativos* chega à conclusão que, a criança é capaz de interagir e comunicar com parceiros mais próximos como pais, irmãos, avós, primos, amigos e professores, ou seja, é possível que haja uma relação dialógica entre o adulto e a criança, criança e criança, potencializando o desenvolvimento no sentido do ser criança como uma pessoa única, historicamente marcada, mas surpreendendo consigo mesma e com os

outros, além de propiciar-lhes espaços de construção de conhecimento e de cultura com seus pares.

De acordo com Sarmiento (2005, p. 361), “a infância é concebida como uma categoria social do tipo geracional por meio da qual se revelam as possibilidades e os constrangimentos da estrutura social”. Desta maneira, Souza (2016) discute em sua tese *Experiências de Infâncias com Produções de Culturas no Ilê Axé Omo Oxé Ibá Latam* que, os diversos ambientes nos quais vivem as crianças precisam ser considerados e respeitados.

Ainda sobre isso, as autoras Silva, Felipe e Ramos (2012, p. 419), afirmam que “na última década a Infância deixou de ser tratada como um conceito singular”, pois é possível identificar, no campo histórico e social, as diversas e contraditórias situações vivenciadas pelas crianças, como o trabalho infantil, a exploração sexual, a falta ou precarização das políticas públicas referentes à saúde e ao lazer, às dificuldades de acesso a uma educação pública e de qualidade, dentre outros aspectos de ordem socioeconômica e cultural.

Esse ponto é bastante discutido por Peloso (2015) na tese *Infâncias do e no campo: um retrato dos estudos pedagógicos nacionais* que é necessário desmistificar o conceito de Infância Global, aquela infância de origem europeia, branca, cristã e urbana e dissolver esse conceito em vários contextos sociais e culturais. Desse modo, a infância ou as infâncias são compreendidas de diferentes maneiras, de acordo com o lugar que ocupam na sociedade, ou seja, infâncias diversificadas a partir das diferenças culturais das crianças.

Nessa perspectiva de pluralização do conceito de infância, Silva, Felipe e Ramos (2012, p. 419-420), diz que “as crianças do campo inscrevem-se, como todas as crianças, em relações sociais complexas, na medida em que participam da simultaneidade de tempos sociais que constitui o mundo Global”, ou seja, a Infância do Campo se destrincha em vários outros apontamentos, visto que, o Campo é concebido como um espaço rico e diverso, ao mesmo tempo produto e produtor de cultura.

Portanto, o campo é heterogêneo e para um projeto histórico emancipatório, a ideia de infâncias do campo, em vez de infância do campo, pode alargar o horizonte ético-político pelo qual as identificações sociais são apreendidas. Assim, é muito importante a compreensão do atendimento ao direito das crianças do campo à Educação Infantil em garantir o compromisso com as variedades de infâncias brasileiras.

Assim sendo, a Educação Infantil do Campo constrói as bases para a contraposição a um modelo de educação que simplesmente reproduz, nos territórios rurais, a cultura urbana dominante. Essa reprodução é dominação e a educação deve ser projetada para a emancipação

das crianças constituindo um lugar em que elas possam se reconhecer como sujeitos de direito, de desejos e de conhecimento.

A concepção de criança sustentada no art. 4º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Resolução nº 5 (2009, p.12), é que a criança é:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Assim sendo, esse documento, considera a criança um sujeito de direitos que, constrói sua identidade pessoal e coletiva produzindo cultura. E, segundo Salles e Faria (2012) ao afirmar a criança como cidadão de direitos, considera-se que, independente de sua história, de sua origem, de sua cultura e do meio social em que vive lhe foram assegurados legalmente direitos que são iguais para toda criança.

E um desses direitos é ter acesso a uma educação de qualidade. Do mesmo modo, uma Educação Infantil do Campo de qualidade. Por isso, é preciso criar propostas de vivências a partir da realidade específica tendo presente as diversidades encontradas nas várias regiões do país, garantindo uma Educação Infantil do Campo que contemple as diversas infâncias do Campo nos seus contextos e, ao mesmo tempo, articule o atendimento a todos os seus direitos.

3.3. Políticas públicas para a infância na Educação infantil do Campo: discussões acerca das produções científicas

A Educação Infantil do Campo enfrenta muitos desafios relacionados à sua estruturação, que envolve especialmente, as políticas públicas educacionais. Por isso, nessa seção será considerado o que as produções científicas selecionadas discutem sobre políticas públicas educacionais para a infância na Educação Infantil do Campo.

Dessas pesquisas, 09 tratavam da respectiva temática, ou seja, 45% das produções selecionadas, e as preposições abordadas são: Programa Bolsa Família na compreensão de Infância e no acesso e permanência de crianças na Educação Infantil do Campo (SANTOS, 2014); o lugar da Educação Infantil do Campo (DRUZIAN, 2015); políticas educacionais para a Educação Infantil do Campo (UCHOA, 2015; LOPES, 2016; MELO, 2016) significações do currículo na Educação Infantil do Campo (SANTOS, 2016); significados da creche para famílias de assentamento (RIBEIRO, 2016); a percepção das famílias e cumprimento pelos

órgãos governamentais dos direitos à Educação Infantil do Campo (LEINEKER, 2016); e Educação Infantil como direito social das crianças do Campo no cenário educacional brasileiro (OLIVEIRA, 2016).

Em concordância, todas elas defendem o direito à Educação Infantil do/no Campo para crianças que vivem no campo e discorrem sobre as diversas problemáticas enfrentadas pelas populações camponesas acerca da garantia de seus direitos.

Sobre isso Leineker (2016) em sua pesquisa intitulada *O direito à educação Infantil do Campo no município de Pinhão: ponto de vista das famílias*, diz que a depender das relações sociais que estabelecem no campo e constituem os sujeitos, tais como, relações de disputa, de poder e de sobrevivência, podem amenizar ou reforçar as dificuldades e desafios pelos quais os povos do campo passam, sejam no que se refere à garantia de seus direitos à educação e a uma escola de qualidade, como também ao que se refere à qualidade de vida, moradia, alimentação, saúde etc. Ela ainda diz que o atendimento precário das políticas públicas municipais para educação infantil do campo avigora o não reconhecimento pelos próprios povos do campo como sujeitos de direitos.

Assim, entende-se que uma política pública educacional bem fortificada pode fazer uma reorganização social no lugar onde está inserida, por isso Caldart (2004, p.151-152) justifica que:

A luta por uma educação do campo reconhece o povo do campo como sujeitos das ações e não apenas sujeitos às ações de educação, de desenvolvimento e assumem como sua tarefa educativa específica a de ajudar às pessoas e às organizações sociais do campo para que se vejam e se construam como sujeitos, também de sua educação.

Partindo do princípio que as Instituições de Educação Infantil no nosso país atende crianças nas modalidades creche e pré-escola, ambas respectivamente acolhem crianças de zero a três anos e de quatro a cinco anos, é do senso comum social, principalmente no território urbano, que os sujeitos do campo não necessitam de instituições escolares que atendam crianças nessas faixas etárias. Lopes (2016) em *Educação Infantil Do Campo no município de Bela Vista de Goiás: a pré-escola para crianças residentes na área rural*, afirma que onde ocorreu a sua pesquisa, há uma escassez de instituições para crianças menores e as poucas que tem precisam melhorar no quesito qualidade no atendimento educacional direcionado a essa parcela da sociedade.

Seguindo esse mesmo enfoque, Ribeiro (2016) em sua dissertação *Educação Infantil do Campo: mais respeito nossas crianças têm direito*, diz que durante muito tempo, as

políticas educacionais não reconheceram os povos do campo como produtores de conhecimento. Nas suas diversidades, eles eram vistos como meros receptores de propostas elaboradas numa lógica que os submetia a relações de dominação sob os aspectos culturais, ambientais, econômicos, políticos, ponto também abordado por Santos (2016) em *Significações do currículo da Educação Infantil do/no Campo para a comunidade escolar de um assentamento de reforma agrária na região Norte de Mato Grosso* que as políticas públicas educacionais e os currículos das instituições de Educação Infantil do Campo ainda não contemplam as necessidades e os direitos das crianças do campo.

Assim sendo, no que diz respeito às políticas públicas para essa etapa e modalidade da educação, cabe ressaltar que elas enfatizam que a instituição de Educação Infantil deve levar em conta o contexto a qual está inserida, ou seja, caracterizar a população e a comunidade atendidas, observando a realidade sociocultural a qual estão enraizadas. Em relação ao contexto sociocultural no qual as instituições de Educação Infantil se inserem, o Parecer CNE/CEB (2009, p. 11) diz que:

As instituições necessariamente precisam conhecer as culturas plurais que constituem o espaço da creche e da pré-escola, a riqueza das contribuições familiares e da comunidade, suas crenças e manifestações, e fortalecer formas de atendimento articuladas aos saberes e às especificidades étnicas, linguísticas, culturais e religiosas de cada comunidade.

Sobre essa problemática, Gonçalves (2013) em *O estado da arte da infância e da Educação Infantil do Campo: debates históricos, construções atuais*, diz que, a falta de um atendimento específico para crianças que residem em áreas rurais, está afetando diretamente o desenvolvimento escolar dos alunos do campo, fazendo com que as escolas do campo tivessem os menores índices no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Nessa mesma perspectiva, Oliveira (2013) diz em sua tese *O que você descobriu sobre a gente? A escola de Educação Infantil do campo a partir do olhar das crianças*, a discussão sobre a Educação do Campo para crianças de zero a cinco anos de idade deve ser em prol dos interesses da mesma, do seu desenvolvimento sociocultural, dos variados grupos sociais dos quais fazem parte. Ou seja, de acordo com Silva e Pasuch (2010, p. 2) “uma educação infantil que valorize suas experiências, seus modos de vida, sua cultura, suas histórias e suas famílias, que respeite os tempos do campo, os modos de convivência, as produções locais”.

Reconhecendo essas características, a Resolução 02/2008, do Conselho Nacional de Educação, que estabelece diretrizes, normas e princípios para a Educação Básica do Campo,

define as populações rurais como: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras e outros.

Assim, é preciso levar em consideração que a Educação Infantil do Campo inclui a diversidade de povos e populações que vivem nos territórios rurais do país. E, segundo Silva e Pasuch (2010, p. 2) também é preciso construir “creches e pré-escolas com a cara do campo, mas também com o corpo e a alma do campo, com a organização dos tempos, atividades e espaços organicamente vinculados aos saberes de seus povos”.

O assunto mais discutido nas produções que debatem políticas públicas para a Educação Infantil do Campo é que para que seja feita uma Educação Infantil do Campo de fato, é necessário compreender a infância no contexto da Educação do Campo, ou seja, levar em consideração as especificidades e singularidades da criança e do seu meio antes mesmo de compreendê-la como estudante de determinada instituição de Educação Infantil. Essa é uma condição importante para apreendermos os sentidos que a mesma tem dentro da instituição escolar. Essa distinção é imprescindível, pois a criança antes mesmo de ser aluno, vive tantas outras dimensões subjetivas, que não podem ser sucumbidas a um conjunto de normas, convenções, expectativas quando estas adentram nas instituições escolares.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Infantil do Campo é uma política nova, advinda de outras políticas públicas que emanaram dos movimentos sociais e pelas particularidades que a compõe requer um olhar mais atento dos legisladores e dos pesquisadores dessa temática. Nesse sentido, este trabalho visou mapear as produções científicas brasileira e identificar as dissertações de mestrados e as teses de doutorado defendidas no Brasil no período de 2013 a 2017, publicadas no banco da CAPES, que investigaram a infância na Educação Infantil do Campo.

Assim sendo, pensar e refletir sobre a infância na Educação Infantil do Campo, constituiu o grande desafio desta pesquisa, que teve como problema a seguinte questão: quais produções científicas brasileiras defendidas no período de 2013-2017, publicadas no banco de tese e dissertações da CAPES, discutem sobre a infância na Educação Infantil do Campo? Para tanto, teve como objetivos específicos: identificar as teses e dissertações que investigaram a infância na Educação Infantil do Campo presentes nos arquivos da CAPES; discutir os procedimentos metodológicos utilizados por essas produções científicas; analisar as principais temáticas evidenciadas pelos trabalhos.

Com a finalidade de produzir dados para responder o problema central e atingir os objetivos, geral e específicos, fez uso da metodologia de abordagem qualitativa de cunho bibliográfico, denominada Estado da Arte, na perspectiva das autoras Romanowski e Enz (2006) e Ferreira (2002), que é um tipo de mapeamento que possibilita o conhecimento ou reconhecimento de estudos que estão sendo, ou já foram realizados em diferentes épocas e lugares.

Com o levantamento realizado com as 20 produções científicas selecionadas do Catálogo de Teses e Dissertações do banco da CAPES, constatou-se que em relação à área de conhecimento das produções analisadas em sua maioria é da educação, apesar de ter outras áreas que estudam o Campo e suas relações, tal como as Ciências Agrárias I, que como visto anteriormente tem um número de cursos de pós-graduação até maior, e não teve nenhuma produção dessa área.

Considerou-se importante trazer, para esta pesquisa, tais dados para analisar, haja vista o enfoque educacional presente nas produções científicas revela a apropriação desta área do conhecimento já que a Educação Infantil é lugar de luta da educação desde seus primórdios, percebe-se que isso também se manteve na Educação Infantil do Campo. Porém é necessária trazer a provocativa que, já passou da hora de ampliar a discussão acerca da infância na

Educação Infantil do Campo para além do discurso pedagógico, e constituir um debate de inúmeras facetas que vai se desenrolando em suas conexões socioculturais e analíticas.

Foi possível verificar também as metodologias usadas pelas pesquisas selecionadas, e notou-se que 18 das 20 produções, fizeram uso de uma metodologia de pesquisa de cunho qualitativo, utilizando os seguintes procedimentos para a geração dos dados: observação; etnografia por meio de registros escritos, fílmicos e fotográficos; produção de desenhos; apresentações teatrais; entrevistas nas mais variadas formas.

Em síntese, todos os procedimentos metodológicos apontados nos trabalhos selecionados evidenciaram que, para se optar por um instrumento em detrimento dos demais, o pesquisador precisa conhecer os sujeitos e objeto da pesquisa que, e fazer a escolha com base nesse reconhecimento. Para tanto, destaca-se que todas tiveram por finalidade principal uma primeira aproximação com os sujeitos envolvidos na pesquisa, com vistas a analisar sobre a melhor forma de pesquisa a partir de dados extraídos da própria realidade.

Em relação as temáticas que tiveram maiores inferências nos trabalhos foram Concepções de infância do Campo e políticas públicas para a infância na Educação Infantil do Campo. É importante destacar que as pesquisas selecionadas usaram diversos autores para embasar sua discussão sobre essas temáticas, além dos pareceres e resoluções, os que aparecem com maior frequência são: Moysés Kuhlmann Jr (2009); Sônia Kramer (1994; 2002; 2007), Wiliam Corsaro (2005), Maria Antônia de Souza (2011), Roseli Salete Caldart (2000; 2002), Valdete Côco (2011). E uma referência apareceu por unanimidade nos trabalhos, às autoras Ana Paula Soares da Silva, Jaqueline Pasuch e Ana Paula Soares da Silva (2012) que discutem a Educação Infantil do Campo tanto nas temáticas das Infâncias quanto das Políticas Públicas.

É imprescindível salientar que é no espaço da Educação Infantil do Campo que a discussão entre a interface Educação Infantil do Campo nas temáticas Concepções de infância e Políticas Públicas na Educação Infantil do Campo ainda carece de mais consistência teórica.

Deste modo, a presente pesquisa anuncia e denuncia a urgência nas pesquisas sobre as crianças pequenas residentes no campo e sua educação institucionalizada, quando demandada pelas populações do campo. O debate de Educação Infantil do Campo abre visibilidade para que se discutam as infâncias do Campo e Políticas Públicas educacionais. Tal visibilidade ainda não implica na qualidade dos serviços ofertados a estas populações, por isso, também a denúncia, por meio desta produção científica, que pretende alargar-se para além do meio acadêmico, sobre a insuficiência de políticas públicas educacionais voltadas ao público infantil da Educação Infantil do Campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

AVIZ, Fernanda Regina Silva de. **O olhar da criança do campo sobre a cultura local: um estudo em uma escola de Tracuateua-PA**. 163 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2016.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/comissoes/cssf/estatutocrianca.pdf>. Acessado em 13/03/2018

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n° 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n.2, de 28 de abril de 2008 que estabelece **Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas de Atendimento da Educação Básica no Campo**, destacando a educação infantil como primeira etapa da educação básica. Brasília: MEC, SEB, DF: 2008

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Lei 11.274/2006**. Implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos. Brasília: MEC, SEB, 2006c

_____. **Parecer CNE/CEB n° 04/00, aprovado em 16 de fevereiro de 2000**. Diretrizes Operacionais para a Educação Infantil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13252-parecer-ceb-2000>. Acessado em: 24/04/2018

_____. Presidência da República. **Constituição 1988**: Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF.

_____. Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3 de abril de 2002 - **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13200-resolucao-ceb-2002>. Acessado em: 24/04/2018

CARVALHO, Patrícia Alves. **O Sentimento De Infância E As Singularidades Da Criança No Olhar Do Professor Da Escola Polo Pantaneira De Aquidauana: Uma Análise Em Fenomenologia**. 202 p. Tese (Doutorado). Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul. 2013.

CÔCO, Valdete. **Educação Infantil do Campo: aproximações ao cenário do Espírito Santo**. Anais da 34ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em educação. Anped. Educação e Justiça Social. ISSN: 2175-8484. Natal, RN: Anped, 2011.

DRUZIAN, Franciele. **O Lugar Da Educação Infantil Do Campo Na Escola Municipal De Ensino Fundamental Major Tancredo Penna De Moraes**. 120 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal De Santa Maria. Santa Maria/Rs. 2015

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000300013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 abr. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>.

FRANCO, Cleria Paula. **A “Escola Da Criança Feliz”**: Significações Da Educação Infantil Do/No Campo. 180 P. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Educação Cáceres/MT. 2016.

GONÇALVES, Raphaela Dany Freitas Silveria. **O estado da Arte da Infância e da Educação infantil do campo**: Debates históricos, construções atuais. 2012. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Departamento de Políticas Educacionais, História e Sociedade, Universidade Estadual de Faria de Santana, Feira de Santana, 2013. Disponível em: <<http://www2.uefs.br/pp>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

KRAMER, Sonia; TOLEDO, Leonor Pio Borges de; BARROS, Camila. Gestão do contrato infantil nas políticas municipais. **Rev. Bras. Educ.** Rio de Janeiro, v. 19, n. 56, p. 11 a 36 de março de 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782014000100002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 30 de julho de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782014000100002>.

KUHLMANN, Moysés Jr. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. 7ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2015.

LEINEKER, Mariulce Da Silva Lima. **O Direito À Educação Infantil Do Campo No Município De Pinhão**: Ponto De Vista Das Famílias. 308 p. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2016.

LOFFLER, Daliana. **Educação Infantil Na Escola Do Campo**: O Que As Crianças No Sinalizam Sobre Este Contexto. 116 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal De Santa Maria. 2013

LOPES, Ester Alves. **Educação Infantil Do Campo No Município De Bela Vista De Goiás**: A Pré-Escola Para Crianças Residentes Na Área Rural. 170 P. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal De Goiás. Goiânia. 2016.

MELO, Regina Lúcia Couto de. **O Direito À Educação Infantil e a Oferta Pública em Minas Gerais Para Crianças de 0 A 6 Anos Dos Povos Quilombolas**. 221 P. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação - 2016.

OLIVEIRA, Leomárcia Caffé de. **O Que Você Descobriu Sobre a Gente?** A Escola de Educação Infantil do Campo a Partir do Olhar das Crianças. 276f. Tese. (Doutorado) –

Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23970>. Acesso em: 22 abr. 2018.

OLIVEIRA, Denise Rangel Miranda de. **Educação Infantil em contextos rurais: perspectivas presentes na produção acadêmica da última década (2000-2010)**. 2016. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2016.

PELOSO, Franciele Clara. **Infâncias do e no campo: um retrato dos estudos pedagógicos nacionais**. 222 p. Tese (doutorado) Programa de Pós-graduação em Educação - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. São Carlos. 2015.

RIBEIRO, Maria De Fatima. **Educação Infantil Do Campo: Mais Respeito Nossas Crianças Têm Direito**. Dissertação (Mestrado). Fundação Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul. 2016

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, vol.6, num.19, set-dez 2006, pp 37-50. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Disponível em:

<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/1891/189116275004.pdf>. Acessado em: 24/04/2018

SANTOS, Adriana Pacheco da Silva. **Significações do currículo da Educação Infantil do/no Campo para a comunidade escolar de um Assentamento de Reforma Agrária na região norte de Mato Grosso**. 213 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Educação Cáceres/MT. 2016.

SANTOS, Marilene. Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 98, p. 185-212, Mar. 2018. Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362018000100185&lng=en&nrm=iso>. access

on 07 Aug. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362018002600965>.

SANTOS, Patrícia Oliveira Santana Dos. **A Reinvenção Da Infância: O Programa Bolsa Família e as Crianças da Comunidade De Feira Nova (Orobó) No Agreste Pernambucano**. 143 p. Dissertação (mestrado).Universidade Federal Da Paraíba. João Pessoa. 2014.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e Alteridade: Interrogações a partir da sociologia da Infância. **Educ. Soc., Campinas**, vol. 26, n. 91, p. 361-378, Maio/Ago. 2005.

SILVA, Ana Paula Soares; PASUCH, Jaqueline. Orientações Curriculares Nacionais para a Educação Infantil do Campo. In: I Seminário Nacional: Currículo em Movimento - Perspectivas Atuais, 2010, Belo Horizonte. **I Seminário Nacional Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais**, 2010.

SILVA, Lourdes Helena e COSTA, Vânia Aparecida. **Educação Rural**. Revista Presença Pedagógica, v. 12 n. 69 mai./jun. 2006.

SILVA. Ana Paula Soares da; FELIPE. Eliana da Silva; RAMOS. Márcia Mara. **Infância do Campo**. In: CALDART, Roseli Salet; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SILVA. Carmem Virginia Moraes Da. **O Brincar Das Crianças Do Campo E A Educação Infantil.** Tese (Doutorado). Universidade Do Estado Da Bahia . Salvador. 2016.

SILVA. Luana Santos Da. **A infância dos “pequenos indígenas” Mbyá-Guarani da Tekoá Pindó Mirim:** Os entrecruzamentos com a natureza e o protagonismo nos processos educativos. DISSERTAÇÃO (mestrado). UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. 2017

SOUZA. Ellen De Lima. **Experiências de Infâncias com Produções de Culturas no Ilê Axé Omo Oxé Ibá Latam.** 179 p. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, SÃO CARLOS. 2016.

UCHÔA, Patrícia. **A Política da Educação Infantil Pública do Campo.** 136 p. Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Juiz de Fora. 2015.

VASCONCELOS. Beatriz Nogueira Marques. **Modos de participação e apropriação da cultura:** vida, escola e mídia na educação infantil do campo. 155 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP. 2016.